

POSSIBILIDADES DE PESQUISAS ACADÊMICAS NO ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JUAREZ MIGUEL ILLA FONT¹

POSSIBILITIES FOR ACADEMIC RESEARCH IN THE COLLECTION OF THE JUAREZ MIGUEL ILLA FONT MUNICIPAL HISTORICAL ARCHIVE

Henrique Antônio Trizoto^{2}*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim/RS. É vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Esporte. Compõe seu acervo documentos da prefeitura de Erechim, fundos mistos fruto de doações da comunidade local, que compreendem fotografias antigas, entrevistas e bibliografias. Conta ainda com acervo de periódicos que circularam na cidade, além dos processos de crimes antigos da Comarca de Erechim. Ele pode, portanto, ser tratado como um espaço referência para pesquisas acadêmicas interdisciplinares e multidisciplinares. Além dos assuntos relacionados à História, se respeitado um rigor metodológico, o acervo pode fornecer subsídios para pesquisas nas áreas de Patrimônio Histórico Material e Imaterial da cidade / região, patrimônio arquitetônico, Serviço Social, e, em especial aos mais diversos campos das licenciaturas. Neste sentido, uma reflexão acerca da constituição do acervo, sobre os elementos que são valorizados e os possíveis silenciamentos, precisa ser construída. Para isso, analisaremos se ele contribui para a consolidação de uma narrativa oficial e de uma memória coletiva que legitima todos estes processos. Para ilustrar a proposta, traremos os elementos mais procurados para consulta: o acervo fotográfico, hemeroteca, os processos crime e os documentos sobre a colonização.

APONTAMENTOS TEÓRICOS

Para refletir acerca da constituição de um acervo é necessário compreender seu espaço, as materialidades que o envolvem, pois “diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pensamentos de duração mais longa são investigados” (Koselleck, 2014, p. 19). Estes espaços buscam “[...] a perenidade, ou seja, pretérito, presente e futuro estão urdidos nos Arquivos, que acumulam camadas de tempo,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

^{2*} Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo.. Bolsista PROSUC / CAPES II. Atualmente coordena o AHM Juarez Miguel Illa Font. E-mail: 191485@upf.br

como estratos de experiência, que coexistem em permanente ajustamento” (Almeida, 2021, p. 20). Caracterizam-se ainda “pela persistência de buscar traços pretéritos que, por meio da salvaguarda, se fazem presentes” (Ahnein, 2018, p. 154). Ketelaar (2018, p. 198) em consonância com Almeida (2021) afere: “os Arquivos não nos levam até ao passado: preservam o presente para o futuro, ao transmitirem testemunhos e experiências autênticas da atividade humana através dos tempos”.

Uma segunda reflexão perpassa pelo processo de consolidação da memória e da narrativa oficial. Koselleck (2006) aponta que ele se materializa quando os vestígios concretizam estas memórias do passado no presente. Almeida (2021, p. 21), aufere: “a memória é sempre do presente, pois o pretérito depositado não é algo vindo de um tempo que se findou, mas sim é um passado que invade o presente”. A compreensão da memória como fator preponderante na construção das narrativas nos permite afirmar que este processo é traumático e conflituoso (Sarlo, 2007). Os Arquivos Históricos, Museus, Bibliotecas e Centros de Memória são dispositivos [...] usados no processo de transformar memórias individuais em lembranças coletivas” (Ketelaar, 2019, p. 245). E, contribuem para a “construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais” (Barros, 2009, p. 41).

Halbwachs (2013) complementa a ideia de Ketelaar (2019) ao afirmar que as pessoas têm a capacidade de reconstruir atos de determinadas circunstâncias, descrevendo com exatidão fatos e objetos. Mas, sua consolidação só é possível “se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo” (Halbwachs, 2013, p. 39). Pollak (1989) aponta que a atuação desta memória coletiva acentuaria “as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva de um grupo” (Pollak, 1989, p. 3). E, seriam capazes de manter “a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também oposições irreduzíveis” (Pollak, 1989, p. 10). Candau (2012) aponta que o fortalecimento destes elementos é ajudado pelas representações temporais principalmente quando determinados ciclos vão se encaminhando para o final. E, que estas delimitações, mesmo arbitrarias, possibilitam aos grupos “fazer balanços, projetos e vislumbrar novos horizontes, momento para se recapitular o passado para melhor afrontar um futuro que se apresenta sempre como incerto e, portanto,

temido (Candau, 2012, p. 91). Em síntese, “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30).

Todavia, para Jovchelovitch (2000, p. 70) “o simples fato de lembrarmos o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens que tínhamos então e as imagens que temos agora, e propõe à experiência das comunidades humanas e dos sujeitos sociais, a dimensão do tempo e da história”. De maneira que, “recordar é um processo construído pela matéria que está à disposição agora, no estoque de representações que circulam e povoam a vida atual de uma comunidade” (Jovchelovitch, 2000, p. 70). Asserta ainda que: “por mais clara que uma memória do passado possa ser, nunca pode ser exatamente a mesma imagem que realmente experimentamos na, digamos, infância, porque não somos os mesmos, porque mudamos, e nossas ideias, valores e as avaliações da realidade mudaram” (Jovchelovitch, 2000, p. 70).

Portanto, memórias individuais e coletivas ocorrem a partir das “interdependências que emprestam sentido às relações sociais configuram as formas reguladas de compromisso e partilha de horizontes sociais em conflito” (Lohn, 2019, p.22). onde, os interesses dos detentores do controle da narrativa oficial acabam “intermediando a produção e recepção dos códigos e práticas políticas por conta das experiências em diversos âmbitos de sociabilidades e de associações constituídas, afirmando o pessoal como fenômeno político enquanto construtor de expectativas sociais” (Lohn, 2019, p. 22).

Isto suscita nosso terceiro ponto a ser reflexionado, a compreensão do nosso lócus na História do tempo presente que “tem permitido precisamente o estabelecimento de um novo olhar sobre objetos que habitualmente têm sido beneficiados por um tratamento historiográfico econômico, político ou demográfico” (Barros, 2011, p. 60). Ricoeur (2007, p. 456) a trata como “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”. E, ela tem mobilizado uma parcela significativa de historiadores que buscam uma renovação historiográfica com enfoque na “revitalização da história política, ampliação do uso de fontes, valorização da interdisciplinaridade, maior diálogo com as ciências sociais, recusa de explicações deterministas e totalizantes, valorização de atores individuais e coletivos, relação dialética entre história e memória” (Delgado; Ferreira, 2014, p. 07). ou seja, “sua expansão, por conseguinte, vai muito além dos objetos e processos habitualmente tidos por culturais”

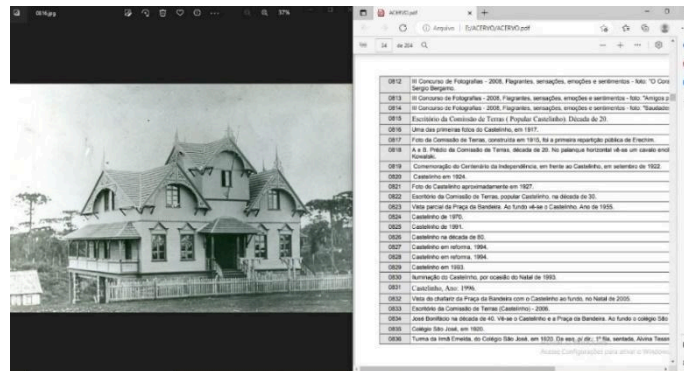
(Barros, 2011, p. 60), ela oferece a possibilidade de construção de “novas conexões com outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem proporcionado aos historiadores um rico espaço para a formulação conceitual” (Barros, 2011, p. 60). Esta perspectiva reforça o papel dos Arquivos enquanto espaços interativos entre pesquisadores e fontes, e, “possibilita o progresso e a humanização destas teorias e, ao mesmo tempo, o cultivo do pensar crítico e criativo do pesquisador. Servindo-se, assim, do arquivo, o pesquisador constrói a sua própria produção, para responder ao desafio da socialização do conhecimento” (Barros; Amélia, 2009, p. 58).

Por fim, buscamos a interpretação dos Arquivos como lugares de memória. Nora (1993, p. 13) aponta que eles “nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. portanto, “se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória” (Nora, 1993, p. 13). Mesmo concebidos como “templos modernos –templos de memória. Como instituições, tanto como coleções, os Arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas” (Cook, 1998, p. 148). Ou, “igualmente, as que são rejeitadas, por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos de memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e nossa consciência social” (Cook, 1998, p. 148).

A partir do exposto, analisaremos como o acervo do AHMJMIF pode ser dotado de sentidos por meio da realização de pesquisas acadêmicas.

ACERVO DE FOTOGRAFIAS

O primeiro elemento a ser analisado é o acervo fotográfico do AHMJMIF que conta com aproximadamente sete mil fotos digitalizadas e separadas por pastas, tanto na versão física quanto na digital. A figura a seguir mostra como pesquisadores “*on-line*” podem ter acesso ao acervo, que é de livre difusão, desde que citada a fonte.

Figura 1- Exemplo de fotografia digitalizada e o índice para consulta

Fonte: Acervo pessoal do autor

As fotografias do acervo são divididas em categorias e subcategorias. Grandes áreas como Arquitetura apresentam as seguintes subdivisões: Casas Antigas de Alvenaria, Casas Antigas de Madeira, Prédio da Comissão de Terras (Castelinho) e Prédios modernos. A Colonização é dividida por etnias (italianos, judeus, poloneses, lituanos, alemães, franceses, negros etc.), pioneiros homenageados e ferrovia. A economia pelos processos econômicos (extrativismo, agricultura e industrialização). O desenvolvimento urbano é dividido em vistas parciais separadas por décadas, a vida social em eventos (festas, feiras e shows), os esportes (futebol e corridas de carro). Diversos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses apresentam imagens disponíveis no acervo do AHMJMIF. Na área de História, fotos da Igreja Matriz São José, Vistas parciais, Castelinho, do Desenho da cidade e de famílias de imigrantes são as mais solicitadas. Na área da Arquitetura, os prédios, as casas, e as vistas parciais que contém as construções em *Art Déco* e *Art Nouveau* são as mais procuradas. Com relação ao acesso do acervo físico, ele pode ser consultado livremente:

Figura 2 - Utilização do Acervo Fotográfico

Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>³

³ As fotos com esta legenda foram fornecidas pelo autor para divulgação institucional no projeto “Caminhos dos Arquivos: nossas Histórias, nossas lembranças do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

A utilização de fotografias precisa levar em consideração que “[...] uma imagem nunca é autônoma, pois seu significado está ao menos em parte relacionado com o conjunto no qual ela se encontra inserida, isto é, com sua localização física e com a utilização social que recebe”, (Franco Jr., 1996, p. 202). Burke (2004) aponta que elas podem ser utilizadas em períodos distintos, mas ainda concebidas como “objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite etc” (Burke, 2004, p. 17). Para o autor, “embora textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais na vida religiosa e política de culturas passadas” (Burke, 2004, p. 17).

Essus (1994, p. 04), afere que “a fotografia é interpretada como fruto do trabalho humano de produção sígnica, pautado sobre códigos convencionalizados socialmente; como uma mensagem segmentada em plano da forma da expressão e da forma do conteúdo, cujas unidades constituintes são culturais”. O olhar do pesquisador é responsável, portanto, por determinar realces e silenciamentos, assim, é “[...] a multiplicidade de cumplicidades que faz o olhar único ser compartilhado como olhares simultâneos e próximos necessários à prática de uma sociabilidade (Khoury, 1999, p. 64). Portanto, o acervo fotográfico é uma ferramenta capaz de atender o caráter de objeto de pesquisa quanto fonte complementar para ilustrar pesquisas em andamento. Em que se pese que o fato de o acervo estar também disponível no formato digital facilita o acesso e a sua utilização.

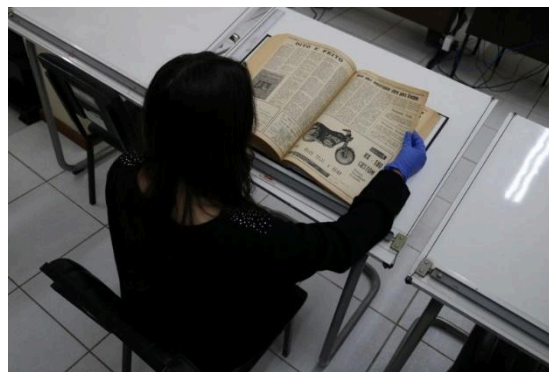
HEMEROTECA

O segundo elemento do acervo a ser analisado é a hemeroteca do AHMJMIF, que é composto por exemplares do Diário de Notícias (1925-1965), Voz da Serra / Voz Regional / Voz / AVS, (1944, 1945, 1951, 1955 – 2015; 2019 – aos dias atuais), Diário da Manhã (1986-2016), Bom Dia (2005 – aos dias atuais), Boa Vista (2002 - 2016) Atmosfera (2016-2017), a Folha Regional (Getúlio Vargas, (1999 a 2022), O Erechim (1922), que fica acondicionado em sala própria, conforme figura a seguir:

Figura 4 - Sala de acondicionamento da hemeroteca

Fonte: Acervo pessoal do autor

Com relação ao acesso, ele pode ocorrer de duas formas, a primeira, consulta na própria sala da hemeroteca, e a segunda na sala principal do AHMJMIF que possui mesas de pesquisa individual e mesas maiores para pesquisas em duplas:

Figura 6 - Pesquisa na sala principal

Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>

Os pesquisadores são instruídos a utilizar as luvas que recebem para manusear os jornais e, nos volumes com o tamanho Standart, eles são orientados a usarem régulas para evitar possíveis rasgos nas folhas. As matérias escolhidas podem ser fotografadas, não é permitido que os volumes saiam do AHMJMIF, nem sejam reprografados em máquinas pequenas, que podem quebrar a lombada das encadernações.

Cabe ressaltar que os historiadores até a metade do século passado concebiam o documento-jornal como uma fonte suspeita ou como repositório fidedigno da verdade

(Capelato, 1988). Nas últimas décadas, conforme afirma Calonga (2012, p. 86) os historiadores têm reconhecido na imprensa escrita “novas possibilidades de análises e ressignificações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado a Europa e Estados Unidos”. Luca (2006, p. 130), aponta que “os exemplos poderiam ser multiplicados, mas importa destacar que (...) a importância da palavra impressa nos periódicos está plenamente assente. O seu uso generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintos da produção acadêmica brasileira a partir de 1985”. Na mesma linha, Calonga (2012, p. 86) reitera o crescimento da utilização de jornais “como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir daí, relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros”. Sosa (2007) aponta a existência de uma inflexão que distingue os jornais das demais fontes de pesquisa, o fato dele atuar “em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico (SOSA, 2007, p. 11).

Ao longo dos últimos anos, inúmeros trabalhos utilizaram-se dos periódicos do AHMJMIF, temáticas como a trajetória e atuação de políticos, movimentos sociais, praças, monumentos, futebol, Pracinhas / FEB, revolução cubana, a demolição da igreja Matriz São José, como as mulheres eram retratadas no jornal, medicina em Erechim, figuras públicas, música, religiosidades, gauchismo e ditadura militar foram pesquisados nas páginas dos periódicos. A utilização dos jornais enquanto fonte de pesquisa, observando o rigor metodológico se consolida como uma fonte capaz de suprir lacunas da história local, bem como compreender os processos constitutivos desta sociedade e de que forma as narrativas oficiais eram afiançadas e as demais eram silenciadas.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

O acervo do AHMJMIF é composto por documentos oriundos da prefeitura de Erechim (requerimentos, boletins informativos, censos demográficos, anuários estatísticos, atas, autos, carta precatória, recibos, ordem de pagamento, guia de aquisição de estampilhas de aposentadoria dos menores (1956-1957), nota de expediente, relatório tribunal de justiça, protocolo de audiência cíveis, audiências cíveis, ofícios expedidos, fonogramas, curadoria de

acidentes de trabalho, ofícios expedidos, recibos, correspondências e cartas recebidas) documentos da empresa colonizadora Luce & Rosa, cerca de 5432 processos crimes da Comarca de Erechim (1912, 1920 a 1969). Conta ainda com fundos mistos, construídos por meio das doações da comunidade, como fotos antigas da cidade, entrevistas com pioneiros e figuras públicas relevantes no período (professores, agrimensores, políticos, advogados, comerciantes).

Figura 7 - Sala do Acervo Permanente



Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>

Para Le Goff (1996, p. 548), é preciso compreender que o documento é fruto “de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produzem, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulada, ainda que pelo silêncio”. Ele perde esse caráter quando passa a ser utilizado como ferramenta de construção de determinada narrativa. Retomando a concepção de Sarlo (2007), de que esse processo é traumático e conflituoso. A sua constituição e o seu percurso, “é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente” (Le Goff, 1996, p. 548). Deste modo, ele não é simplesmente algo que fica acondicionado em um recipiente, ele é dotado de significados, representações, sentidos e subjetividades, são “investidas pelas significações que lhe atribuem, por vezes na longa duração, seus diferentes públicos” (Chartier, 2002, p. 259).

Camargo (2009, p. 28), assegura que “os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis”. A diferenciação reside na caracterização da “função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou

privado)” (Camargo, 2009, p. 28). Ou seja, servem “também de prova instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir (Camargo, 2009, p. 28).

Cabe ao historiador / pesquisador interpretar o percurso dele como representação de concepções de mundo que auferem sentido aos modos de vida, para analisar “possibilidades construtivas específicas de contextos e de épocas, sendo estudados tanto na sua dimensão material como na sua dimensão abstrata e simbólica, que tornam efervescente a produção do conhecimento na sociedade da informação” (Barros, Amélia, 2009, p.60).

Na pesquisa acadêmica, os documentos mais acessados no AHMJMIF são os processos crimes, as correspondências oficiais, os requerimentos, mapas e plantas da colonização. Com relação ao manuseio, eles respeitam os mesmos procedimentos do acervo de jornais. De acordo com Cox (2017, s.p), “quando se observa um documento, ao menos do gênero textual, depara -se com a linguagem. [...] É recoberto de símbolos que representam palavras e números. Ele é feito para ser recebido, lido, entendido”.

Figura 8 - Acesso aos documentos



Fonte: <https://www.apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-juarez-miguel-illa-font>

Nedel (2013, p. 151), assinala que “o despertar do interesse de pesquisa sobre arquivos pessoais no Brasil teve a história política contemporânea como principal fonte de inspiração”, devido ao tensionamento da conjuntura do período (década de 1970), e a concretização “da preservação da memória documental do país, realizaram os primeiros congressos brasileiros de arquivologia e criaram os primeiros centros de documentação ligados à pesquisa no país”

(Nedel, 2013, p. 151). Entretanto no AHMJMIF, que conta com arquivos pessoais⁴ da família Castro, de Edmundo Gardolinski, Otto Eduardo Müller, percebe-se uma procura reduzida deste tipo de documentação. Possivelmente pela não compreensão de que uma “coleção pessoal pode parecer exótica/ frívola, mas sempre revela algum sentido interno mais profundo que se dá à razão de estarmos vivos” (Cox, 2017, p. 27). Ou, da concepção de que “nossos arquivos pessoais são também lembretes de como vivemos nesse mundo e somos afetados por inúmeras forças e instituições que regem nossas atividades” (Cox, 2017, p. 230). A pesquisa em documentos permite a construção de análises acerca de determinado assunto ou comportamento de uma sociedade por meio do exame de fontes primárias. O olhar do pesquisador sobre ele é dotado de processos subjetivos de constituição, de maneira que um mesmo documento pode ser interpretado de infindáveis formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos tecer uma reflexão acerca da constituição do acervo do AHMJMIF, sobre os elementos que são valorizados e os possíveis silenciamentos, precisa ser construída. Para isso, analisaremos se ele contribui para a consolidação de uma narrativa oficial e de uma memória coletiva que legitima todos estes processos. E como isto pode ser explorado enquanto pesquisa acadêmica.

Desenvolvemos três reflexões, a primeira acerca da constituição do espaço e qual espaço ele ocupa. Suas diversas dimensões, como o conjunto de documentos organizados e sistematizados por uma entidade pública ou privada ou como um móvel que acondiciona materiais. A compreensão destas dimensões vai além da terminologia que lhe é aplicada. A segunda, é sobre como ocorre a consolidação da memória e de uma narrativa oficial, perpassando pelos sentidos que estas relações sociais criam. E a terceira, pela compreensão do nosso lócus dentro da História do tempo presente, sob a perspectiva de que ela traz novos autores sociais e novas formas de explorar os documentos enquanto fontes de pesquisa.

Por fim, analisamos os elementos que são mais procurados para pesquisa: o acervo fotográfico, o acervo de jornais, os processos crimes, documentos sobre a colonização, onde auferimos a conclusão de que o AHMJMIF pode ser considerado um amplo espaço para pesquisas acadêmicas de caráter interdisciplinar. Além de assuntos relacionados à área da História, respeitando o devido rigor metodológico, o acervo pode contribuir para pesquisas

⁴ “ainda que produzido individualmente, o arquivo pessoal é uma representação e está repleto do pensamento social que envolve o sujeito” (CUNHA, 2018, p. 67).

referentes ao Patrimônio Histórico Material e Imaterial da cidade / região, patrimônio Arquitetônico, Serviço Social, e em todos os campos das licenciaturas principalmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação.** 2021.

ANHEIM, Etienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. In: NEDEL, Leticia e HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Pensar os Arquivos: uma antologia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 121-154, 2018.

BARROS Dirlene Santos; AMÉLIA Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan.-abr., 2009.

BARROS, José D.'Assunção. A Nova História Cultural—considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.

BARROS, José D.'Assunção. História e memória—uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

BURKE, P. **Testemunha Ocular: história e imagem.** Bauru: SP/EDUSC, 2004.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: Objeto ou fonte da história. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS**, v. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.** Porto Alegre, RS: Ed.Universidade/UFRGS, 2002.

COX, Richard. **Arquivos Pessoais: um novo campo profissional – leituras, reflexões e reconsiderações.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre Netuno e Clio: primeiras aproximações às cartas do Almirante Henrique Boiteux (Santa Catarina/Século XX). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 3, n. 9, p. 900-911, set.-dez. 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. p. 7-12

DERRIDA, Jaques. **Archive Fever: A Freudian impression**. The University of Chicago Press: Chicago, 1995.

ESSUS, A. M. M. de S. A. Através da Imagem I: Possibilidades teórico-metodológicas para o uso da fotografia como recurso midiático, uma experiência acadêmica. In: **LABHOI, Primeiros Escritos**, nº 1, julho-agosto de 1994.

FRANCO JR., Hilário. **O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu: reflexões sobre mentalidade e o imaginário**. Signum 5, 2003

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e espaço público: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil** [Social representations and public life: the symbolic construction of public spaces in Brazil]. Vozes, 2000.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

KOURY, M.G. P. Imagem e narrativa ou, existe um discurso da imagem? **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS. Ano 5, n.12, p. 59-68, dez.1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Reflexões sobre a história do Tempo Presente: uma história do vivido**. Editora da UFRR Diretor da EDUFRR, 2019.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15. 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.